

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
<i>Capítulo 1</i>	
ACESSO À JUSTIÇA.....	37
1.1 Desenvolvimento do conceito à luz da evolução da teoria processual.....	37
1.2 Acesso à justiça como direito-eixo e princípio-síntese.....	47
1.3 Moldura constitucional do acesso à justiça.....	62
1.4 Princípios informativos e escopos do processo civil.....	65
1.5 Limites das reformas processuais tendentes ao acesso à justiça em sistemas sociais fundamentalmente injustos.....	71
1.5.1 O acesso à justiça como propulsor das reformas processuais: onde “quebraram” as três ondas renovatórias (avanços legislativos e advertências).....	71
1.5.2 Desigualdades brasileiras evidenciadas por meio de pesquisas e dados selecionados.....	83
1.6 Excesso de acesso e abundância de direitos: para quem?.....	103
<i>Capítulo 2</i>	
CONDICIONANTES LEGÍTIMAS E ILEGÍTIMAS AO ACESSO À JUSTIÇA.....	107
2.1 A tragédia do acesso (como a “tragédia dos comuns”)....	107
2.1.1 Os paradoxos da litigiosidade brasileira: vantagens dos litigantes habituais sobre os eventuais e o (in) tolerável uso predatório do Poder Judiciário.....	107

2.1.2	O gigantismo (e limitações) do Poder Judiciário, outro <i>player</i> do sistema de justiça.....	128
<b>2.2</b>	<b>(Re)equilíbrios dinâmicos das condicionantes ao acesso.....</b>	<b>154</b>
2.2.1	O tempo do processo.....	154
2.2.2	O custo do litígio no Brasil.....	176
2.2.3	A (im)previsibilidade jurídica.....	196
2.2.4	Outras condicionantes .....	219
<b>2.3</b>	<b>Processo efetivo, Poder Judiciário eficiente e acesso à justiça escasso: paradoxo? .....</b>	<b>221</b>
<b>Capítulo 3</b>		
<b>GOVERNANÇA JUDICIAL.....</b>		<b>233</b>
<b>3.1</b>	<b>Colocações preliminares.....</b>	<b>233</b>
3.1.1	Governança: níveis de atuação, conceito, funções e distinções .....	245
3.1.1.1	Níveis de atuação .....	245
3.1.1.2	Conceito .....	253
3.1.1.3	Funções .....	258
3.1.1.4	Distinções: governança (A-D-M) e gestão (P-D-C-A) .....	260
3.1.1.5	Distinções: governança e governabilidade.....	263
3.1.2	Pressupostos, princípios, diretrizes e estrutura ....	264
3.1.2.1	Pressupostos .....	264
3.1.2.2	Princípios .....	264
3.1.2.3	Diretrizes.....	272
3.1.2.4	Estrutura .....	273
3.1.3	Mecanismos, seus respectivos componentes e as ferramentas .....	276
3.1.3.1	Mecanismos.....	276
3.1.3.2	Componentes .....	277

3.1.3.3	Ferramentas .....	282
3.1.4	Política de governança pública (fundamentos legais, indicadores, vantagens e contrapontos).....	283
3.1.4.1	Fundamentos legais .....	283
3.1.4.2	Indicadores .....	287
3.1.4.3	Vantagens.....	292
3.1.4.4	Contrapontos.....	295
<b>3.2</b>	<b>Racionalização do sistema de justiça e tomada de decisão.....</b>	<b>296</b>
3.2.1	A governança aplicada ao sistema de justiça.....	296
3.2.2	Construção de capacidades para a efetividade do sistema de justiça e para a implementação de mudanças socialmente relevantes.....	304
3.2.3	Racionalidades jurídica e administrativa reconciliadas: o experimentalismo de novos arranjos como estratégia de ampliação do acesso.....	312
3.2.3.1	Medidas pré-processuais.....	314
3.2.3.2	Medidas processuais .....	317
3.2.3.3	Medidas gerenciais.....	321
3.2.4	Gestão judicial: um estudo de caso .....	327
3.2.4.1	Práticas de gestão da justiça ( <i>judicial management</i> ou administração judiciária) e práticas de gestão do processo judicial ( <i>case management</i> ou gestão do caso).....	330
3.2.4.2	Nota sobre a racionalidade gerencial nos sistemas italiano, alemão e português.....	335
3.2.4.3	O Sistema de Gestão da Qualidade no Supremo Tribunal Federal .....	337
3.2.4.4	Diagnóstico.....	340
3.2.4.5	Desenho da solução.....	341
3.2.4.6	Implantação da solução.....	350
3.2.4.7	Resultados.....	356
3.2.4.8	Contrapontos.....	358

<b>3.3 Afinal, por meio da governança judicial é possível atacar não só as consequências, mas também as causas da falta de acesso isonômico à justiça e prevenir conflitos? .....</b>	<b>361</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>371</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>379</b>